

O rumo futuro da política democrática da Região Administrativa Especial de Macau

*Huang Qile**

Já se passaram cinco anos, desde a reintegração de Macau na Mãe Pátria. Neste período, a economia da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) conheceu um rápido desenvolvimento e a sociedade também conheceu progressos estonteantes. "...a nossa 'Terra de Flor de Lótus' conseguiu preservar a estabilidade, continuando na senda da reforma e abertura. A RAEM logrou ultrapassar as dificuldades no processo do seu desenvolvimento e hoje é uma terra cheia de vitalidade e esperança"¹. À medida do desenvolvimento económico e dos progressos sociais, a edificação da política democrática também conheceu bons resultados. Disso o Senhor Yao Hongming, membro do Comité Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e Presidente da Associação Geral dos Moradores, fez uma boa síntese: "Os princípios de 'Um país dois sistemas' e 'Macau governada pela sua gente' têm sido plenamente postos em prática. Os habitantes de Macau têm uma participação política cada vez maior. A administração tem funcionado, sem obstáculos e as vias de comunicação foram facilitadas. Os cidadãos estão a ser donos do seu próprio destino e têm-se vindo a consciencializar disso"². Perspetivando o futuro, qual será o próximo desenvolvimento da política democrática da RAEM? Quais serão os problemas que possam surgir durante o processo do desenvolvimento? Como os encarar e resolver? O autor, nesta sede, baseando-se na realidade da edificação da política democrática da RAEM e em conformidade com as regras gerais da edificação da política democrática, tenta traçar em linhas gerais, uma breve análise:

1. Status quo da construção da política democrática na Região Administrativa Especial de Macau

A essência da democracia reside em que o povo seja dono do seu destino. A intenção inicial da política democrática significa uma gover-

* Professor Catedrático do Instituto de Administração de Guangdong.

¹ Edmund Ho: *Relatório de Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2005*.

² Huang Hongbin e Shun Yuting, *Participação política e consultiva das pessoas de Macau para ser donos do seu destino*, *Jornal Ou Mun*, edição de 17 de Dezembro de 2004, artigo de fundo.

nação pelo povo, isto é, o povo deve ser o dono do seu destino e ter a última decisão sobre como se governa o Estado e como se governa a sociedade, entre outras questões de importância primordial. Esta última decisão deve ser personalizada, através de direitos à eleição, à vigilância e à participação política e consultiva. Estes direitos são os mesmos direitos democráticos, que também são conhecidos como direitos políticos. Sob as condições constitucionais democráticas, a realização dos direitos políticos populares concretizam-se, através de duas vias: a primeira é através da edificação legal que possa garantir a concretização dos direitos. A segunda é mediante a construção da política democrática, isto é, forma-se uma interacção entre o Governo legal e eleito pelo povo e entre o próprio povo, através de 4 elos que são a preocupação com a vida popular, a assimilação da opinião pública, a exploração da inteligência popular e a recorrência às forças populares para a realização dos direitos políticos do povo. O significado da segunda via não é em nada inferior à primeira, porque ela é capaz de transformar um gozo formal dos direitos políticos por parte do povo num gozo real.

A vida popular constitui a base da democracia. Para o povo poder ser dono do seu destino, é preciso resolver o problema da sobrevivência. Quando os habitantes ainda labutam pela sobrevivência e se preocupam com a sua segurança, não há maneira de poder gozar dos seus direitos democráticos. Ao mesmo tempo, os populares também julgam os programas políticos e seleccionam os governantes, usando como critério se podem ou não lhes trazer uma vida melhor e se podem ou não garantir a sua segurança. Pode-se afirmar que a vida do povo é maior problema político com que os governantes se enfrentam e nele reside a estabilidade política e o desenvolvimento social. A medida básica para resolver o problema de vida do povo reside no desenvolvimento económico. Sem ele, a democracia perderia a sua base. Sem ele, a política democrática se transformaria em política vã. Por isso, para construir uma política democrática, em primeira instância os governantes devem preocupar-se com a vida popular e garantir o direito de sobrevivência do povo.

A opinião pública é uma expressão democrática. Assim o povo deve ser dono do seu destino, sendo preciso que os governantes administrem os assuntos políticos e os assuntos públicos sociais, em conformidade com as vontades e os desejos populares. A forma de expressão da vontade popular visa influenciar o ambiente da sua própria vida e o desenvolvimento. Ao emitir as suas opiniões e reclamações sobre o tratamento dos assuntos

políticos e da gestão social, formulando as suas legítimas exigências, em relação ao exercício e concretização dos seus legítimos direitos. Caso o povo não puder exprimir livremente a sua vontade e as suas exigências políticas, a democracia não terá maneira de ser concretizada. A política democrática transformar-se-ia com facilidade numa política virtual. Por isso, a construção da política democrática exige que os governantes assimilem duma maneira mais ampla possível as opiniões populares para evitar que as orientações e as medidas da governação possam ser levadas a cabo, contra a vontade popular.

A inteligência popular é a conotação da democracia. Para que o povo possa ser dono do seu destino, ele deve, na sua qualidade de dono do seu destino, contribuir com a sua própria inteligência para a concretização dos objectivos comuns. Isto é, o povo deve contribuir com pareceres, opiniões e medidas para melhorar o ambiente da sua vida e para uma vida melhor. Constitui a conotação de o povo ser dono do seu próprio destino contribuir com a sua inteligência e habilidades para os seus próprios assuntos. Sem a inteligência popular, a democracia se transformaria em privilégios de uma minoria. A política democrática se transformaria com facilidade numa política de oligarquia. Por isso, a construção da política democrática exige que os governantes devam explorar a inteligência popular, deixar o povo contribuir com a sua inteligência e habilidade.

A força popular é o escudo da democracia. Para o povo poder ser dono do seu destino, é necessária a participação política do povo nos assuntos estatais e na gestão dos assuntos sociais públicos, com o objectivo final de concretizar a autogovernação e autogestão de toda a sociedade, numa palavra: “Cada um trata do seu assunto”. Além disso, é preciso servir-se das forças populares para exercer vigilância sobre os poderes públicos, de modo a evitarem-se abusos. Sem o suporte da força popular, qualquer democracia ficaria fragilizada de modo a transformar-se com facilidade em política autoritária. Por isso, a construção da política democrática deve servir-se das forças populares para administrar o Estado, gerir a sociedade e vigiar o exercício dos poderes.

Nos últimos cinco anos, desde a reintegração da RAEM na Mãe Pátria, o Governo da RAEM empenhou-se nos 4 elos supracitados, ao tomar o desenvolvimento económico como prioritário de maneira a promover a construção da política democrática, trazendo um novo panorama a quase todos os aspectos do desenvolvimento da RAEM.

No que diz respeito à atenção à vida popular, o Governo da RAEM serviu-se das suas próprias vantagens, de cunho regional, para encontrar um ponto de penetração, com bem ponderadas medidas e passos estáveis, o que provocou um estável e rápido crescimento económico. A taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto aumentou de 0,3% negativo de 1999 para o 20% de 2004. Durante este quinquénio, a taxa de crescimento média atingiu a 9%. A taxa de desemprego baixou do recorde de 7,1% para 4,2% de 2004. Os empregos precários baixaram de 3% de 2000 para 1,6% de 2004³. Toda a vida económica encontra-se na sua pujança. Os habitantes gozam duma vida tranquila e empregos satisfatórios, o que tem activado o ânimo político popular.

Em relação à assimilação da opinião pública, o Governo da RAEM promoveu o alargamento das vias de opiniões de modo a assimilar ideias dos habitantes, através de múltiplas vias e de múltiplos ângulos. Por exemplo, durante o processo das reformas administrativas, foi criado o Observatório de Administração Pública, que, por sua vez, tem vários grupos especializados em sondar, junto da sociedade, a opinião pública. O Governo da RAEM tem encarado com seriedade as reclamações dos habitantes, considerando-as como factores de grande importância para elaborar políticas pertinentes e a base para melhorar a qualidade dos seus serviços⁴. Como o Governo tem estado atento à opinião pública, os habitantes têm sido activos na emissão das suas críticas. Até finais de Setembro de 2004, os 49 departamentos públicos receberam 16 345 reclamações⁵.

No que diz respeito à exploração da inteligência popular, o Governo tem sabido servir-se das associações como a base de treino democrático para os habitantes. Apoiando as associações a desenvolver actividades políticas e de utilidade pública para a aplicação de “Um país dois sistemas” e “Macau governada pela sua gente”, tem fornecido aos habitantes maiores oportunidades de treino democrático, o que está na origem dum constante aumento da qualidade política e do nível de participação política. Os cidadãos têm apresentado sugestões racionais sobre os vários aspectos da construção da RAEM. Até finais de Setembro de 2004, o Governo da RAEM recebeu 2.441 sugestões e 288 queixas⁶.

³ Governo da RAEM: *Linhas de Governação para as áreas económico-financeiras*.

⁴ Governo da RAEM: *Linhas de Governação para as áreas administrativo-jurídicas*.

⁵ Governo da RAEM: *Linhas de Governação para as áreas administrativo-jurídicas*.

⁶ Governo da RAEM: *Linhas de Governação para as áreas administrativo-jurídicas*.

Falando da recorrência à força popular, o Governo da RAEM não só tem sido consciente em sujeitar as actividades da acção governativa à vigilância dos cidadãos, como tem sabido dar confiança aos cidadãos e recorrer às forças populares para promover várias causas. Os vários departamentos públicos quando levam a cabo linhas de acção governativa, têm-se apoiado nos cidadãos, promovendo a sua ampla participação. Por exemplo, as forças policiais lançaram o slogan “As forças policiais são limitadas, as populares, ilimitadas”. Durante todo o processo de trabalhos policiais, tem-se tentado conseguir a assistência dos habitantes para prevenir de maneira eficaz a criminalidade⁷. A Direcção de Educação e Juventude tem organizado Grupos de Trabalho Comunitários para a Juventude, criando um novo modelo de serviço para concretizar a educação, junto dos jovens⁸. O Instituto de Acção Social tem organizado grupos de assistência a idosos para fornecer serviços diurnos de curto prazo aos idosos necessitados⁹. Isto são apenas alguns exemplos.

Através dos esforços dispensados nos 4 aspectos supracitados, o Governo da Região Administrativa Especial tem granjeado a confiança e o apoio da maioria dos cidadãos, o que fez com que o novo Governo tenha nascido de uma maneira feliz e entrado completamente confiante no seu segundo mandato. Pode-se afirmar que a construção da política democrática na RAEM tem sido processada completamente sob orientações da Lei Básica e em conformidade com as disposições contidas nela. Foram seguidas as regras da edificação da política democrática e tem progredido paulatina e ordeiramente, num desenvolvimento estável e saudável.

2. A fase actual em que se encontra a edificação da política democrática da Região Administrativa Especial de Macau e a tendência do seu desenvolvimento

A construção da política democrática trata-se de uma engenharia de sistema, na qual a preocupação com a vida popular, a assimilação da opinião pública, a exploração da inteligência popular e a recorrência às forças populares são 4 elos que têm de ser compassados e interactivos. Mais ainda são complementares entre si e nenhum é dispensável.

⁷ Uma melhoria das relações entre as forças policiais e os cidadãos, *Jornal Ou Mun*, edição de 16 de Março de 2005.

⁸ Governo da RAEM: *Linhas de Governação para as áreas sócio-culturais*.

⁹ Governo da RAEM: *Linhas de Governação para as áreas sócio-culturais*.

Sem a preocupação com a vida popular, o ânimo político popular desaparecerá, sob o grande peso das dificuldades da vida, perdendo o interesse em dispensar a mínima atenção ao desenvolvimento do seu território e das empresas públicas sociais nem aos assuntos sociais, muito menos apresentam suas opiniões ou propostas. Portanto, o desempenho da sua inteligência limita-se exclusivamente ao ganha-pão individual, sem ter oportunidade de fazer benefícios à sociedade. As forças populares esgotar-se-ão, em consequência da luta pela sobrevivência individual e familiar, sem poder ser disponível para fazer contributos à Sociedade.

Sem a assimilação da opinião pública, os governantes não poderão dar nenhum apoio nem ajuda, em consequência do desconhecimento da penúria da população e das suas exigências de sobrevivência, de modo que o desenvolvimento económico-social perderá a sua força motriz, devido à ofuscação dos objectivos. O ânimo político e o activismo popular serão grandemente afectados e poderão até alimentar indignações, perante a indiferença dos governantes, podendo esta atitude levar à recusa de contribuir com a sua inteligência e habilidade.

Sem o contributo da inteligência popular e só com a inteligência dos governantes, facilmente se entraria em situações sem saída, fazendo com que o desenvolvimento das várias causas sócio-económicas sofram reveses, com que a vida popular deixe de ter garantias eficazes, e que a qualidade e o nível de participação política do povo estagnasse. As críticas e opiniões dirigidas ao Governo facilmente se transformariam em desforras e ataques, provocando um círculo vicioso no relacionamento entre o Governo e a população. As forças populares deixariam de poder servir de base por serem puramente físicas e não intelectuais.

Sem a recorrência às forças populares, os governantes, apesar das suas ambições, se transformariam em administradores solitários e impopulares, sem a possibilidade de as concretizar. Todo e qualquer projecto de desenvolvimento sócio-económico dificilmente poderá ser levado a cabo e aparecerão umas atrás de outras, as questões relacionadas com a sobrevivência popular. Os cidadãos, pelo motivo de não ter a oportunidade de participar na reforma social, paulatinamente se deixariam entrar na preguiça e se dedicariam a conversas vãs. A árvore da inteligência popular ficaria murcha.

Das análises acima feitas, podemos concluir que os 4 elos da construção da política democrática não podem ser isolados e precisam de ser

simultâneos na sua realização, no entanto, a construção da política democrática trata-se dum processo muito longo, durante o qual, as suas diferentes fases e os seus diferentes elos têm pesos diferentes. Por outros termos, os 4 elos, em fases diferentes do desenvolvimento da política democrática, têm as suas reincidências diferentes, à medida do desenvolvimento da construção da política democrática e da passagem da preocupação com a vida popular para a recorrência às forças populares. Isto está mais do que provado no processo do desenvolvimento da política democrática, verificado nos últimos cinco anos, desde a reintegração de Macau na Mãe Pátria.

Após a criação da RAEM, sob um sistema político e um regime político completamente novos, a edificação da política democrática encontrou-se numa fase inicial. Perante vários problemas legados pelo antigo sistema e antigo regime, o Governo da RAEM, precisou, em primeiro lugar, de resolver a reedificação da base económica que se adaptasse ao novo sistema e ao novo regime e através da retoma económica para satisfazer a necessidade de sobrevivência popular e do desenvolvimento para conseguir a identificação dos populares com o novo poder (novo Governo), de modo a obter a legitimidade da governação. Nesta fase, para o Governo da RAEM, o mais importante era resolver os problemas relacionados com a vida popular. É preciso dispensar a maioria dos esforços para se preocupar com a vida do povo, fazendo com que os cidadãos vivam melhor sob um novo sistema e um novo regime do que sob os antigos. Por isso, o Governo da RAEM lançou atempadamente a estratégia de “Consolidação de bases e um desenvolvimento firme”. Por um lado, melhorou o ambiente de investimento, a acelerar a retoma económica e por outro, serviu-se duma maneira suficiente dos recursos de bem-estar social para responder às necessidades reais dos cidadãos e resolveu adequadamente o problema da residência das pessoas que vêm a Macau, a fim de garantir a qualidade de vida conjuntural da população¹⁰. Pode-se afirmar que, nesta fase, o fulcro da edificação da política democrática foi a preocupação com a vida popular e todos os elos se desenvolvem à volta desta temática de melhorar a vida do povo. Para desenvolver rapidamente a economia e melhorar a vida popular, o Governo da RAEM reforçou a sua comunicação com a sociedade civil, a garantir as liberdades de expressão e os direi-

¹⁰ Edmund Ho: *Relatório de Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2002*.

tos à informação e tomou duma maneira séria conhecimento de opiniões e propostas dos cidadãos para poder descobrir os problemas e fazer atempadamente os ajustes beneficiadores e viáveis¹¹.

À medida que a economia envereda por um trilho de desenvolvimento saudável e se tem verificado a resolução preliminar de problemas relacionados com a vida popular, a construção da política democrática na RAEM tem entrado numa fase de aceleração, na qual, se verifica um aumento de interesse na participação política e consultiva do povo, com maiores exigências, ao passo da melhoria da vida. As suas exigências duma maior qualidade da vida popular tornam-se cada dia mais numerosas e mais elevadas. Número crescente de indivíduos e pequenas famílias começa a preocupar-se com o desenvolvimento social, com o ambiente e com os assuntos públicos que se relacionam intimamente com a sua vida produtiva. Segundo estatísticas do Governo, após a reintegração de Macau, têm-se incrementado as propostas, reclamações e queixas, passando 12 048 casos em 2001 para 16 006 casos até 2002. Em 2003, subiram para 24 567 casos. Até finais de Setembro de 2004, 49 departamentos públicos têm recebido 16 345 reclamações, 2 441 sugestões e 288 queixas¹². Esta situação exige que os governantes abram mais vias de comunicação e adoptem mais métodos para facilitar a participação política dos habitantes. Precisamente sob esta circunstância, o Governo da RAEM, em termos bem claros, lançou, para a governação do novo Governo: “os serviços no domínio dos assuntos cívicos irão ter como tónica a elevação global da qualidade de vida da população. A concretização deste objectivo estratégico passa pela conjugação do desenvolvimento de serviços da área dos assuntos cívicos com o desenvolvimento da Democracia, dos serviços proporcionados pela Administração com projectos de cooperação com a sociedade civil, do melhoramento das condições materiais com a oferta de iniciativas culturais de qualidade, dos programas de longo prazo com programas de efeitos mais imediatos e da assistência pública com o incentivo do espírito empreendedor dos cidadãos”¹³. Pode-se afirmar que isto constitui o fulcro da edificação da política democrática desse tempo, isto

¹¹ Edmund Ho: *Relatório de Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2002*.

¹² Governo da RAEM: *Linhas de Governação para as áreas sócio-culturais*.

¹³ Edmund Ho: *Relatório de Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2005*.

é, passar da preocupação com a vida popular à assimilação da opinião popular, mas sempre colocando os dois fulcros no mesmo plano.

Fazendo uma retrospectiva da edificação da política democrática em Macau, já não nos é difícil antever o futuro do seu desenvolvimento:

Primeiro, no futuro próximo e durante um período ainda longo, é preciso alargar com maior profundidade as vias da participação política dos cidadãos e melhorar os mecanismos da expressão da opinião popular. O Governo, através de activas respostas às opiniões e exigências dos cidadãos, incentivará os cidadãos a apresentar as suas opiniões ou sugestões para melhorar o seu próprio nível de vida, numa melhor aplicação de “Um país, dois sistemas”, “Macau governada pela sua gente” e a continuada prosperidade de Macau. Isto é, uma tendência natural do desenvolvimento da política democrática em Macau.

Segundo, à medida que se for incrementando o sentido de ser dono do seu próprio destino, o povo terá um maior interesse na participação política, de modo a dar lugar a um contraste entre o ânimo político e a qualidade política. Por um lado, os cidadãos esperam que o Governo (os governantes) possam escutar e assimilar as suas opiniões ou propostas, por outro lado, o Governo (os governantes) desejam que os cidadãos possam apresentar propostas de maior nível e valor para o desenvolvimento económico, político e social. Sem embargo, caso a qualidade política e a capacidade de participação política dos cidadãos não seja muito elevada, os desejos nestes dois aspectos não terão nenhuma possibilidade de ser concretizados. Nestas circunstâncias, aumentar a capacidade, o nível e a qualidade popular de participação política e consultiva deve ser agendada. Portanto, as formações dispersas e esporádicas que visam aumentar a qualidade dos cidadãos devem passar para uma formação sistemática e concentrada. Ao mesmo tempo, o fulcro da edificação da política democrática na RAEM deve passar simultaneamente para a assimilação da opinião pública e a exploração da inteligência popular.

Terceiro, só depois de bem aumentadas a qualidade política e a capacidade de participação política dos cidadãos, a edificação da política democrática em Macau poderá passar paulatinamente para uma fase de auto-governança e auto-gestão. Nesta fase, o espírito de ser dono do seu destino e a inteligência política dos cidadãos poderá conhecer um bom desempenho. Não só apresentam sugestões de alta qualidade para a gestão do Governo como dos assuntos públicos sociais e também têm fortes

desejos de participar directamente na governação ou na gestão. Muitas antigas funções governamentais passariam paulatinamente para as associações sociais e as organizações populares, a quem compete reunir e organizar os cidadãos na gestão de assuntos públicos sociais, de modo a se concretizar uma governação conjunta pelos cidadãos e o Governo. Isto seria uma fase superior da edificação da política democrática. Nela, o fulcro da edificação da construção da política democrática passará da exploração da inteligência popular à recorrência às forças populares, mas sempre colocando os dois fulcros no mesmo plano.

Evidentemente, para atingir as supracitadas, segunda e terceira fase, ainda é preciso tempo e passar por um processo muito longo, no entanto, basta empenhar-se nas orientações definidas pela Lei Básica e na ideologia de governação do Governo da RAEM, a acompanhar a evolução dos tempos para elevar constantemente a edificação da política democrática em Macau para novas alturas para poder atingir a sua fase superior de desenvolvimento.

3. Vários problemas a ser resolvidos, durante o processo da edificação da política democrática em Macau

Com a entrada da construção da política democrática na fase em que se dê ênfase à preocupação pela vida popular e à assimilação da opinião pública, na RAEM surgirá uma situação política de “Cem Flores e Cem Escolas”. Por isso, o segundo mandato do governo da RAEM seria uma fase chave para o desenvolvimento da política democrática. Quando se puder ter um domínio adequado desta situação para se poder conduzir a situação com naturalidade, verificar-se-à uma passagem feliz da construção da política democrática para uma fase superior. Se se falhar na resolução de alguns problemas, o avanço da edificação da política democrática será anormal e poderá acabar numa bipolarização: ou seja, existirá uma invasão dos pensamentos anarquistas de extrema liberalização que possam deixar impactos no desenvolvimento normal sócio-económico da RAEM, dificultando a melhor aplicação da Lei Básica; ou surgirá o controlo da opinião pública, a obstruir as vias de sugestão e a criar tensões entre a sociedade civil e o Governo, que poderá dar lugar a uma situação triste, na qual não se ouve nenhuma voz dissonante. Por isso, durante o processo da edificação da política democrática em Macau, é preciso prestar atenção à resolução de vários problemas:

1) Ao mesmo tempo que se alargar as vias de participação dos cidadãos, deve-se organizar os cidadãos numa consciente participação política e consultiva

Como ficou dito, o Governo da RAEM está num novo mandato, em que as reformas e o desenvolvimento já entraram numa fase de assimilação generalizada das opiniões populares, como organizar os cidadãos numa consciente participação política constitui uma temática muito importante que o Governo da RAEM deve deixar bem resolvida. Além de reforçar o Conselho de Assuntos Sociais, estabelecido com este objectivo, é preciso obrigar e exortar os departamentos públicos a aumentar a sua abertura para a sociedade, a criar organismos específicos para a recolha das opiniões populares, para poder aperfeiçoar e otimizar as redes de opinião pública e alargar as vias da participação política dos cidadãos.

Os próximos anos serão um período de grande desenvolvimento sócio-económico da RAEM, também um período de grande aumento das exigências políticas e grande expansão da consciência da participação política dos cidadãos. Atento o facto de durante a dominância das autoridades portuguesas de Macau, os cidadãos não terem a possibilidade de participar política nem consultivamente e terem vivido um longo tempo de pressão, após a libertação das almas prisioneiras, poderá haver animosidades agitadas e actos impetuosos, que devem ser orientados com serenidade pelos governantes, junto com a elite política. Por um lado, o Governo e os funcionários públicos devem compreender com tolerância e tolerar mesmo linguagens precipitadas e até actos ingénuos de alguns cidadãos. Em primeiro lugar, devem deixar as pessoas acabar o que querem dizer e ouvir com atenção as suas opiniões ou ideias, por outro lado, é preciso cumprir rigorosamente com os princípios e tentar convencer as pessoas com paciência, apelando-lhes ao sentimento e esclarecê-los com razões, com o objectivo de resolver contradições e conflitos, antes da sua explosão, mediante orientação e dissuasão.

O que merece ser ponderado é que à medida que se alarga as vias de participação política e da assimilação da opinião popular, levadas a cabo pela RAEM, as contradições latentes durante a governação portuguesa poderanno vir à tona, o que trará certamente problemas incontornáveis para a edificação da política democrática. O Governo da RAEM deve ajudar os cidadãos a melhorar a sua vida e a resolver as suas dificuldades reais. Levando com este propósito, os cidadãos a olhar para a frente e a

tentar resolver os problemas legados pela História, através do desenvolvimento sócio-económico.

2) Ao mesmo tempo do desenvolvimento duma democracia diversificada, empenhar-se nos princípios políticos de “Um país, dois sistemas” e “Macau governada pela sua gente”

À medida que se aprofunda a edificação da política democrática, a democracia de elite e a democracia diversificada cruzar-se-ão. Seja uma ou outra não se nega radicalmente a essência da dominação do povo. A democracia de elite advoga pela escolha de dirigentes políticos (elite política) pelo povo, enquanto a democracia diversificada dá mais importância à realização de um domínio do povo, através de “regatear” entre os vários grupos de interesse dentro dos habitantes. Por isso, os governantes devem promover o cruzamento destas duas políticas, porque a governação precisa de se basear na expressão popular consciente e de livre vontade para que a expressão política dos cidadãos possa ter a sua escolha, concorrência e comparação, só desta maneira é que haverá uma verdadeira democracia. A diversidade de opiniões ou os conflitos dos objectivos constituem em si uma condição necessária para um regime pluralista. Se perante qualquer decisão política, não há nenhuma voz diferente, os governantes poderão perder alertas ou espelhos e não haverá maneira para poder ser alcançada uma democracia pluralista. Exactamente devido à vigilância de opiniões diferentes, os governantes são obrigados a reflectir-se de maneira serena e completa e poderão tomar decisões políticas correctas.

No entanto, com a entrada da política pluralista num cenário político, os conflitos de opiniões públicas diferentes serão intensificados. Uma minoria de pessoas que se oponha ao pensamento de “Um país, dois sistemas”, sob as influência de forças nocivas fora da China e fora do Território de Macau, poderiam servir-se da tribuna da política pluralista e da ampla assimilação da opinião pública por parte do Governo para exercer pressões sobre o Governo da RAEM e as forças amantes da Pátria e Macau. Seria um grande desafio para as forças amantes da Pátria e Macau e o Governo da Região Administrativa de Macau enfrentá-los. Nestas grandes questões do bem ou do mal, é preciso lembrar-se o que frisa o Chefe do Executivo, no seu relatório de linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2005: “De nenhum modo, abandonaremos os princípios políticos básicos e as linhas mestras de grandes bens ou grandes males.”

3) Reforçar o exercício da política democrática e elevar a qualidade política e a qualidade da participação política dos cidadãos

A elevação global da qualidade de vida da população, preconizada pelo Chefe do Executivo, Edmund Ho, no seu relatório de linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2005 deve incluir a qualidade de vida material, espiritual e política. Repito: para aumentar a qualidade de vida dos cidadãos, deve elevar a qualidade da vida material, espiritual e política. Só com um aumento simultâneo destas 3 qualidades é que se poderá conseguir um desenvolvimento completo. Na edificação da política democrática, a elevação das qualidades políticas dos cidadãos constituem uma chave para melhorar o seu nível e a sua qualidade da participação política.

É preciso reconhecer que, durante um tempo bastante longo, após a criação da RAEM, as pessoas de Macau só podem, através da elite - seus representantes, participar na governação de Macau. Só através do exercício cívico e democrático deste período é que se poderá aumentar grandemente a qualidade política, a consciência cívica e a capacidade de participação política dos cidadãos para atingir a uma verdadeira situação de Macau governada pela sua gente.

Os habitantes de Macau têm um elevado ânimo de participação política e consultiva, com as suas vias bem desobstruídas e com uma consciência cada vez mais crescente de ser dono do seu destino, o que constitui condições muito favoráveis ao desenvolvimento da política democrática em Macau e à aplicação dos princípios de “Um país, dois sistemas” e “Macau governada pela sua gente”. No entanto, não é suficiente apenas um forte desejo e ânimo cada vez mais crescente da participação política e consultiva. É preciso ter qualidades, capacidades, habilidades e nível relativamente altos da participação política e consultiva. Mas nestes aspectos, no passado, quando sob a dominação das autoridades portuguesas, não foi possível realizar treinos e formações. Através duma ampla assimilação e organização dos cidadãos na participação dos assuntos públicos e sociais e na gestão dos assuntos sociais, dar-lhes exercícios paulatinos de treinos de democracia e formações, de modo a elevar as suas qualidades, capacidades e níveis de participação política e consultiva, o que será os deveres de casa que o Governo da RAEM e os seus governantes devem concluir.

É necessário destacar que para garantir uma sucessão da elite política e da equipa de “cérebros”, o Governo da RAEM, no seu novo mandato, precisa de reforçar as formações específicas em dois aspectos: primeiro, a formação dos funcionários públicos que visa aumentar a sua consciência e capacidade de assimilar a opinião pública e servir o povo. Se os funcionários públicos não tiverem as suas capacidades neste aspecto à altura, haverá obstáculos na comunicação entre o Governo e os cidadãos. Até o relacionamento entre o Governo e os cidadãos poderá entrar num círculo vicioso; segundo, dar formação cívica aos jovens e adolescentes para aumentar a sua consciência democrática e a sua responsabilidade social, treinando-os com habilidades para a participação democrática e servir a sociedade, criando duma maneira consciente oportunidades para que eles possam inserir-se na sociedade, através da participação política e consultiva.

Além de mais, é preciso deixar bem claro que o aumento da qualidade política e a qualidade da participação política dos cidadãos não são meros resultados dos seus esforços, nem os governantes podem assumir atitudes precipitadas de ‘Pescador apressado perde o pescado’. Resultam antes de esforços comuns entre os governantes e os cidadãos para formar uma interacção que pode surtir bons efeitos. Os 5 Secretários-Adjuntos que têm direito a lugar no Conselho Administrativo cederam os seus lugares às elites de diferentes sectores sociais. Isto representa uma prudente medida do Governo da RAEM para alargar o âmbito da participação política e com o objectivo de deixar um maior número de cidadãos receber a prática de participação política e consultiva. As forças, com a ideologia traduzida em “A interacção entre as forças policiais e os cidadãos começa por ti e por mim, um eficaz policiamento baseia-se na cooperação” e “As forças policiais são limitadas e as populares, ilimitadas” para combater em conjunto, mediante a cooperação entre as forças policiais e os cidadãos, a criminalidade, o que é uma medida operacional para treinar a capacidade da participação política dos cidadãos.

4) Apoiar o desenvolvimento associativo, criar uma ponte de comunicação entre os cidadãos e o Governo e alargar a base dos exercícios democráticos

Numa época em que se aplica a democracia parlamentarista, Macau, tal qual os governos regionais de outros países democráticos, as exigências políticas cívicas e a expressão das opiniões e sugestões são realizadas, através de diferentes níveis e hierarquias para poderem chegar aos gover-

nantes, dos quais as associações amantes da Pátria e de Macau constituem as principais vias, com que os cidadãos fazem chegar as suas opiniões ao Governo. A prática nos últimos cinco anos, desde a fundação da RAEM prova que as associações dos vários sectores de Macau constituem intermediários e coordenadores entre os órgãos públicos e os cidadãos. Através da educação política e da mobilização políticas dos seus membros, têm-se contribuído para a elevação da capacidade e do nível da participação política e consultiva dos cidadãos para que a participação política possa ser ordeira e atenuadas as pressões sobre o sistema político. Mediante o fornecimento de recursos humanos de alta qualidade ao sistema político pelas associações, eleva-se o nível da gestão pública. As associações possuem ricas experiências de cooperação com o Governo. A sua cooperação com o Governo da RAEM beneficiará a coordenação dos diferentes interesses e a defesa da autoridade do Governo da RAEM e facilitará a elaboração das políticas públicas. Por exemplo, a Associação Geral dos Moradores e as suas filiais têm sido exímios na preocupação com a vida popular e na promoção activa da participação política dos habitantes nos assuntos sociais. Muitos dos seus representantes têm assumido funções representativas em vários conselhos do Governo da RAEM. A Associação Geral dos Moradores tem dado realce à promoção de comunicação e vinculação entre os cidadãos e o Governo da RAEM e tem trocado opiniões e fornecido propostas activas com os departamentos pertinentes do Governo da RAEM, em relação às políticas sociais e instalações de serviços sociais e alguns problemas que estão intimamente ligados aos interesses vitais dos cidadãos. Durante longo tempo, têm cooperado com o Governo na prestação de serviços de bem-estar social e no socorro a vítimas. Tem organizado em conjunto com o Governo actividades culturais e de lazer e campanhas de sensibilização sobre a limpeza urbana, a ordem pública e os transportes urbanos, a fim de elevar a consciência de ser dono do seu destino¹⁴.

Por isso, o Governo da RAEM deve, por um lado, apoiar aos diferentes tipos de associações e as suportar, fazendo com que elas desempenhem a sua função de ponte e de laço. Por outro lado, é preciso reforçar a sua comunicação com as associações amantes da Pátria e Macau, aju-

¹⁴ Huang Hongbin e Shun Yuting, *Participação política e consultiva das pessoas de Macau para ser donas do seu destino*, *Jornal Ou Mun*, edição de 17 de Dezembro de 2004, artigo de fundo.

dando-as a dar formação aos cidadãos nelas filiados, para poderem elevar a sua capacidade da participação política e consultiva e da auto-gestão. O primeiro Governo da RAEM tem feito muitos trabalhos nesta área, tendo dado estímulos e apoios às organizações sociais nos serviços de educação e saúde, prestados por estas. Isto não só tem facilitado as organizações populares na prestação dos serviços sociais, mais importante ainda, tem sido formas de apoios financeiros regulares ou irregulares aos grupos e organizações sociais. Muitas instituições do Governo têm uma parte do seu orçamento especialmente destinado ao apoio as organizações populares e as suas actividades. O Instituto de Desportos tem financiado os campeonatos organizados por várias federações desportivas e a participação das equipas locais em torneios internacionais. O novo Governo tem, neste aspecto, muitas ideias inovadoras e medidas, que devem ser reforçadas e levadas a cabo, uma por uma.

Se, no início da fundação da RAEM, a política democrática foi promovida de cima para baixo, hoje em dia, já começa a entrar numa interacção benigna de dois sentidos. Temos a convicção de que, com a definição dos objectivos correctos e com o empenho em ideologias correctas, o Governo e os cidadãos, com a mesma vontade, conjugando os incansáveis esforços para que a edificação da política democrática na Região Administrativa de Macau possa ter sucessos compatíveis com a sua edificação económica, de maneira a escrever páginas mais gloriosas.